



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 6 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 25 de julho de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS ZFM: Falando sério 7	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Empresas vão poder explorar biodiversidade.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Indústria naval pede isonomia com importados Estaleiros:	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Tenho compromisso com o controle da inflação, afirma Dilma	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP A Lei de Diretrizes Orçamentárias	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Celular chinês começa a roubar mercado no Brasil	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA
	TÍTULO <u>ZFM: Falando sério 7</u>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Por Arthur Virgílio Neto

A MP 534 causa enorme dano ao Amazonas. Efeito colateral, por exemplo, é São Paulo desonerar a produção de tablets, acirrando a guerra fiscal.

Sem a MP, as condições de São Paulo competir conosco seriam bem menores. Definitivamente, a MP lesa o Amazonas.

Se aspiramos a merecer o futuro, temos de repactuar a ZFM, envolvendo governos, parlamentares, empresas, órgãos científicos.

Derrotar o caos logístico e revitalizar a Suframa. Engajar na luta em defesa do PIM os Estados da Amazônia Ocidental mais Amapá, através de fundo que lhes auxilie o desenvolvimento. Os aliados em potencial, se motivados, alinharão conosco. Em caso contrario, ficarão na retórica.

A presidente Dilma arbitrou contra o Amazonas e deu oportunidade a que São Paulo, mais uma vez, nos virasse as costas. O Governo Federal optou pelo mais forte e este prefere não recordar que sua prosperidade veio do braço nordestino e da transferência de renda da borracha para seu processo industrializador.

Fomos vitimados por essas forças, mas nem por isso devemos deixar de fazer a parte que nos cabe: definir a pauta amazonense, objetiva e clara, que una o Estado, comprometa o Governo Federal, proponha o diálogo com quem tenha contencioso conosco e defina o papel das empresas do DI.

Medidas pontuais não impedirão a débauche. A disposição do governador Omar Aziz de ir ao STF, em contestação a São Paulo, é correta. Mas a reação terá de ser sistêmica. O conjunto e o entrosamento das atitudes é que nos maximizarão as possibilidades.

Não deitemos sobre as vantagens advindas dos incentivos. Eles ajudam por um lado e a deficiente infraestrutura do Estado atrapalha por outro.

Só vence quem sabe o que quer e não teme percalços. Só vence quem conhece a si próprio e não desconhece o peso dos adversários.

Só vence quem não troca o presente-futuro pelo presente passado.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Empresas vão poder explorar biodiversidade		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo Federal destrava exploração de recursos da biodiversidade do País

Desde sua criação, há 9 anos, Conselho de Gestão do Patrimônio Genético aprovou apenas 25 contratos, gerando críticas de empresas e cientistas; Natura, cujos pedidos foram liberados, recebeu multa de R\$ 21 milhões por uso de materiais sem autorização

Marta Salomon / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Alvo de multas de R\$ 21 milhões por uso de recursos genéticos sem autorização, a fabricante de cosméticos Natura teve dois pedidos de exploração econômica de plantas aprovados pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético após quatro anos de espera. A decisão é comemorada no governo como demonstração de que a análise dos processos ganhará agilidade, antes mesmo de uma nova lei sobre uso do patrimônio genético.

Desde que foi criado, há nove anos, o conselho (CGEN) aprovou apenas 25 contratos de uso da biodiversidade com repartição de benefícios da exploração de recursos genéticos e de conhecimento tradicional. "É muito pouco para o Brasil, País com a maior biodiversidade do planeta", admite Bráulio Dias, secretário de Biodiversidade e ministro interino do Meio Ambiente.

O esforço para regularizar pesquisas para fins econômicos e produtos não significa, porém, um "liberou geral", insiste Dias. No mesmo dia em que autorizou os pedidos da Natura, o conselho manteve o veto à **exportação** de 15 toneladas de raspas de pau-pereira, apreendidas no Ceará em 2005. O entendimento do CGEN é que a empresa Natural Source, com sede nos EUA, deve buscar um parceiro

brasileiro ou abrir uma subsidiária no País para explorar a biodiversidade.

"Estávamos dificultando a vida de pesquisadores e de empresas interessados na biodiversidade e sem fazer a repartição de benefícios. A orientação é fazermos um balanço entre estimular e controlar", resume Dias.

Dificuldades. O caso dos pedidos da Natura é um exemplo das dificuldades do processo de regularização do acesso ao patrimônio genético. A Natura foi multada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em R\$ 21 milhões em 2010. O valor representa mais de 20% das multas aplicadas a empresas e instituições de pesquisa pelo uso de recursos da biodiversidade sem autorização.

"Muitas instituições nem buscam o CGEN, houve quem achasse que a legislação não ia pegar, e o próprio conselho não sabia como lidar com quase 300 processos de bioprospecção e **desenvolvimento** tecnológico, por falta de regras claras", afirma Dias.

No final de abril, a ministra Izabella Teixeira baixou resolução para regularizar o acesso a recursos genéticos para fins de pesquisa científica, prospecção de produtos e **desenvolvimento** tecnológico. A nova norma também trata de casos em que a exploração econômica de produto foi feita sem autorização prévia. Essa resolução começou a ser posta em prática na reunião do conselho da última terça-feira.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria naval pede isonomia com <u>importados</u> Estaleiros:		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Francisco Góes

A indústria naval e offshore vem defendendo junto ao governo a taxaço de uma série de itens **importados** usados pelos estaleiros na construção de plataformas de petróleo. O setor quer isonomia tributária, disse Augusto Mendonça, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Construção Naval e Offshore (Abenav). O executivo afirmou que existem dois caminhos para conseguir essa isonomia: reduzir impostos no país ou taxar a **importação**.

A Abenav já discutiu o conceito com os **Ministérios** da Indústria e **Comércio** e Fazenda, disse Mendonça. E, segundo ele, a receptividade tem sido boa. A medida funcionaria como um incentivo ao **desenvolvimento** da cadeia de fornecedores da indústria naval e offshore. A entidade, que representa 27 estaleiros, vem trabalhando, desde sua constituição, para construir uma indústria naval e offshore competitiva, o que passa pelo fortalecimento dos fornecedores. A tarefa ganhou importância dadas as oportunidades de negócios que poderão surgir para a indústria nacional com o **desenvolvimento** das reservas do pré-sal.

A facilidade para **importar** peças e componentes que equipam as plataformas levou Mendonça a comparar essas unidades de **produção** de petróleo a um armazém alfandegado. Pode se **importar** o que quiser, de qualquer lugar do mundo, sem pagar imposto de **importação**. E pelas mesmas razões comparou os estaleiros às Zonas de Processamento de **Exportação** (ZPEs).

Mendonça disse que, se um fornecedor chega ao final do processo produtivo sem conseguir se creditar de um determinado percentual de imposto, o produto similar **importado** deveria ser taxado em idêntico percentual ao que

o fornecedor nacional não conseguiu se beneficiar. A Abenav defende ainda outros dois pontos: a redução dos encargos de mão de obra (os 27 estaleiros ligados à entidade geram 60 mil empregos diretos, número que deve passar dos 100 mil até 2015-2016) e condições mais favoráveis de financiamento para os fornecedores da indústria naval e offshore.

A Abenav também trabalha para reduzir o custo do aço nacional fornecido aos estaleiros, que pode ficar cerca de 30% mais caro, em média, do que o produto **importado**, dependendo do tipo de aço, disse Mendonça. Ele destacou, no entanto, ineficiências que tendem a influenciar essa realidade: O frete marítimo para levar aço de Cubatão para Recife é mais caro do que o frete para a China.

O setor está na expectativa, no momento, sobre como poderá ser contemplado na nova versão da Política de **Desenvolvimento** Produtivo (PDP), disse Mendonça. A nova PDP está prevista para ser lançada pelo governo em 2 de agosto. Ele disse que os estaleiros representam o final do processo produtivo, mas é **importante** definir ações para aumentar a competitividade das empresas que estão ao longo da cadeia, como fabricantes de equipamentos elétricos e eletrônicos, ar-condicionado, tubos, válvulas, bombas, painéis e sistemas de instrumentação, entre outros. Esses são exemplos de itens produzidos no país para atender a indústria naval e offshore.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Tenho compromisso com o controle da inflação, afirma Dilma		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Claudia Safatle

Ao determinar, no início do governo, que a economia teria que ter um pouso suave, com desaceleração paulatina do crescimento e manutenção de uma razoável oferta de emprego, a presidente Dilma Rousseff delimitou o raio de ação do Banco Central para o controle da inflação.

Desde o início fizemos uma pauta clara: controlar a inflação e, para isso, fazer um ajuste na nossa política de gastos com custeio e investimentos e, também, cumprir o superávit primário que nós nos comprometemos a fazer, disse a presidente, em conversa com um pequeno grupo de jornalistas.

Fazer a convergência da inflação para a meta de 4,5% no curtíssimo prazo seria danoso. Derrubaria o crescimento econômico para zero e não resolveria a inflação, argumentou a presidente, explicando que uma contração da atividade econômica para derrubar os preços acabaria por comprometer o aumento da oferta, necessário para que o país cresça sem pressões inflacionárias.

Ela chamou a atenção para o desempenho fiscal dos primeiros cinco meses do ano, quando o governo central produziu superávit primário de R\$ 45,5 bilhões, mais da metade do compromisso para o ano -R\$ 81,7 bilhões.

Estamos com sobra e não vamos gastar essa sobra, porque tenho compromisso com o controle da inflação, garantiu. Estamos usando todos os instrumentos que todos concordam que têm ser usados para conter a inflação. E estamos tentando isso com algum sucesso.

A partir do diagnóstico de que a inflação, cuja aceleração já vinha do segundo semestre de 2010, era resultado do descasamento entre a oferta e a demanda, caberia ao BC, através do arsenal de política monetária, conter a expansão do consumo sem derrubar o crescimento nem provocar desemprego.

Frente a esse quadro, o Banco Central teve que optar por uma política de aumento gradual da taxa de juros e pelo uso de instrumentos macroprudenciais para controlar a expansão do crédito em setores pré-determinados. Acho que o BC tem tomado as medidas de forma correta, usando a taxa

de juros como principal mecanismo, mas sem deixar de usar instrumentos macroprudenciais, afirmou Dilma. Sem se comprometer com prazo nem garantir que fará a convergência da inflação para a meta em 2012 a qualquer preço, ela disse: Espero que a convergência se dê no menor prazo possível.

Outra informação **importante** dada pela presidente na entrevista refere-se à taxa de câmbio. Apesar das recorrentes declarações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que o governo usará um arsenal de medidas para conter a apreciação do real sobre o **dólar**, Dilma foi clara ao descartar, no momento, medidas mais ousadas nessa direção. Você acha que a gente pode fazer alguma coisa num momento em que não se sabe se o pessoal está brincando na beira do abismo ou se, de fato, está criando uma rede de proteção para não cair no abismo?, indagou a presidente.

Embora a situação dos EUA, hoje, seja dramática, diante da resistência do Congresso em aumentar o teto da dívida pública, Dilma não acredita na possibilidade de um default americano. É uma coisa tão absurda, mas nunca se sabe da irracionalidade da política. Na Europa, o último pacote de socorro iniciou um processo - foi um Plano Brady para eles -, mas tudo indica que não será suficiente. De qualquer forma, o mundo está andando de lado. Deixa ele andar para frente ou para trás que a gente faz..., indicou a presidente.

Ela vai anunciar, nos próximos dias, medidas que podem ajudar a indústria nacional a conviver com o câmbio apreciado por mais um tempo. São incentivos fiscais para a **produção** de manufaturados exportáveis, aumento da exigência de conteúdo nacional para a **produção**, compras governamentais direcionadas para estimular o índice de nacionalização e novos instrumentos de defesa comercial.

A presidente não detalhou as medidas, que serão anunciadas dia 2 de agosto, porque ainda não há decisão, mas adiantou que a desoneração da folha de salários das empresas - iniciativa prometida há cinco anos por Mantega - não fará parte desse novo programa de inovação. A desoneração virá na sequência, disse. Não se espera que esses estímulos compensem, mesmo que parcialmente, a

sobrevalorização brutal da taxa de câmbio para a indústria, mas, de qualquer forma, são medidas que podem reduzir um pouco o custo de **produção** no país.

Há outras providências que o governo espera poder anunciar em breve, segundo a presidente. Uma delas, que está sendo estudada pelo **Ministério** da Educação, é aproveitar a crise nos EUA e Europa para atrair cérebros de fora para o país. O MEC avalia a possibilidade de criar uma carreira temporária para professores estrangeiros nas universidades brasileiras. Seria um contrato por cinco anos, renováveis por mais cinco.

Segundo Dilma, fala-se que a Nasa, a agência espacial americana, por exemplo, demitiu 4 mil engenheiros desde a crise de 2008. Esse programa seria a contraface externa para o **Brasil** sem fronteiras, que pretende enviar para as 30 melhores universidades do mundo 75 mil estudantes do país. Eles serão escolhidos entre os melhores do Enem, do ProUni e das faculdades privadas. O governo estima gasto de R\$ 3 bilhões com a concessão de bolsas para manter esses estudantes no exterior.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO A Lei de Diretrizes Orçamentárias		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Patrícia Stefani, Economista da Ideias Consultoria

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012, aprovada pelo Congresso há duas semanas e que trata, dentre outros, da elaboração e execução do orçamento, trouxe ao menos três pontos de destaque.

O primeiro deles é a exigência de que conste no Orçamento da União todas as emissões de títulos do Tesouro Nacional, quaisquer que sejam a finalidade e a forma da emissão e certamente inspirada pelo aumento substancial dos repasses do Tesouro ao **BNDES**, com uma dívida que já ultrapassa os R\$ 240 bilhões. O segundo trata da inclusão de uma meta de déficit nominal, conceito que inclui o pagamento de juros da dívida pública, de 0,87% do **PIB** em 2012 e, por fim, a autorização da extensão aos aposentados e pensionistas que recebem mais de um salário mínimo da regra de reajuste anual de reposição inflacionária mais o crescimento do **PIB** de dois anos atrás.

Os dois primeiros pontos são muito bem vindos. Com relação ao primeiro, dada a dinâmica que vem tomando recentemente e o impacto que essas operações do Tesouro com o **BNDES** têm sobre a dívida bruta, é extremamente **importante** nem que seja para gerar uma discussão mais profunda sobre o tema. Já a inclusão da meta de déficit nominal em 0,87% para 2012 não se apresenta de forma razoável, visto que seria praticamente impossível de ser cumprida, ainda mais num momento de alta da taxa de juros e com o déficit nominal hoje ultrapassando os 2,2% do **PIB**.

Como ensinam os acontecimentos recentes na Europa e nos Estados Unidos, regras fiscais não factíveis estão fadadas ao descumprimento. Assim, é **importante** que a trajetória traçada para a política fiscal seja crível e passível de ser cumprida, podendo trazer enormes benefícios, conforme ilustram os casos da Suécia, Chile e Peru, dentre outros. Este último, com notadamente uma das piores infraestruturas da

América Latina, foi capaz de produzir melhorias concretas na qualidade da política fiscal de modo a estabilizar a relação dívida **PIB**, reduzir o déficit e criar espaço fiscal para aumentar substancialmente os investimentos em infraestrutura.

Embora o veto presidencial seja dado como certo, a oportunidade para discutir a questão e adotar uma meta factível dentro de um horizonte praticável não deveria ser desperdiçada. Seria muito **importante** o comprometimento do governo com a melhoria da qualidade da política fiscal com um compromisso nesse sentido, bem como a limitação do crescimento dos gastos de forma a criar espaço para o aumento do investimento e diminuir o peso que recai sobre o Banco Central na batalha de trazer a inflação para uma trajetória de queda em direção ao centro da meta. A importância da política fiscal para o cumprimento desta tarefa, aliás, foi bastante explicitada no último relatório de inflação do Banco Central.

Com relação à extensão da regra de reajuste anual de reposição inflacionária mais o crescimento do Produto Interno Bruto de dois anos atrás aos aposentados e pensionistas, mais uma vez, prejudica não só a saúde das contas públicas, como coloca também mais lenha na fogueira da inflação.

Trata-se, ainda, de mais um passo na direção contrária da tão necessária redução dos mecanismos de indexação ainda presentes na economia.

Como ensinam os acontecimentos globais recentes, regras fiscais não factíveis estão fadadas ao descumprimento. É **importante** que a trajetória traçada para a política fiscal seja crível

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA
	TÍTULO Celular chinês começa a roubar <u>mercado</u> no Brasil	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Juntas, Huawei e Alcatel OneTouch estimam vender mais de 7 milhões de aparelhos no país em 2011 e investem em fábricas locais

Fabiana Monte

As fabricantes chinesas estão ganhando o mercado brasileiro de telefones celulares, cujas vendas em 2011 devem ficar na casa de 54 milhões de unidades.

Dois exemplos são a Huawei e a Alcatel One Touch, marca global para celulares da gigante de eletroeletrônicos TCL Communication. Em 2004 passou a usar a marca quando a Alcatel separou os negócios de telefonia e redes.

O alvo da Alcatel One Touch, que até 2009 agiu timidamente no país, são consumidores emergentes. Tanto é que o portfólio lançado no primeiro semestre e somente no varejo era baseado em celulares com dois chips. Foram comercializadas 1 milhão de unidades, o dobro de 2010. Para o ano, a meta é vender 4 milhões de celulares. "Para isso, teremos de abrir novos canais. Já fechamos com Vivo, Tim e Claro.

Com isso, teremos mais volume e capilaridade", afirma Marcus Daniel Machado, presidente da Alcatel One Touch no Brasil.

A estratégia é conquistar clientes que, até então, compravam seus aparelhos no chamado mercado cinza. Em setembro, lançará um celular que funciona com três chips. "A classe C é uma ótima oportunidade para nós, porque no topo da pirâmide a questão é marca", diz.

Marca é desafio

Desenvolver a marca Alcatel One Touch é um dos desafios de Machado, à frente da companhia desde o início do ano com a missão de começar uma nova fase no país.

Para combater a barreira, ele adotou três pilares.

O primeiro é ter estoque local para abastecer as lojas.

Em segundo lugar, é manter uma rede de assistência técnica, que possui 20 representantes no Brasil, além de estrutura de atendimento pelo correio.

O último pilar é investir em marketing, o que inclui anúncios na TV, que começarão no Nordeste e, até o Natal, chegarão ao Sul e Sudeste. "O momento é de desmistificar os produtos chineses. A China, como qualquer país, produz coisas boas e ruins. O produto chinês que tiver conceito de marca e de marketing terá um diferencial", avalia Machado.

Fabricação local

Entre os planos da Alcatel One Touch, está uma fábrica de modems sem fio que deve começar a funcionar no início de 2012 em São Paulo ou Minas Gerais. Além disso, estuda-se a instalação de uma planta para celulares, mas esta decisão será tomada apenas no ano que vem.

Já a Huawei anunciará em breve a produção local de celulares. A intenção é iniciar a fabricação ainda este ano, informa Marcelo Najnidel, gerente de marketing da área de terminais da Huawei, sem dar detalhes. Desde 2009 a Huawei comercializa aparelhos no país, mas só a partir do ano passado decidiu "entrar de vez" na área. A companhia, mais conhecida no Brasil por sua atuação em equipamentos de rede, vendeu 1 milhão de celulares por aqui no ano passado abaixo da meta de 1,4 milhão de terminais. Por outro lado, em julho, bateu a marca do ano e vendeu 3 milhões de celulares. "Começamos com equipamentos para redes, depois com modems de acesso a internet e, a seguir, com celulares mais básicos. Agora vamos para smartphones", diz Najnidel. Segundo o executivo, o desempenho no primeiro semestre de 2011 deve-se a preço e à oferta de webphones, celulares que permitem acesso a redes sociais e internet, mas que não são tão sofisticados quanto os smartphones. "Este segmento não tinha muitos modelos para suprir a necessidade do usuário. Fomos um dos primeiros a trazer produtos dessa categoria, o que fez diferença".

HUAWEI EM NÚMEROS

US\$ 1,4 bi

Foi o faturamento da empresa no Brasil em 2010, ante receita de US\$ 1,2 bilhão em 2009.

US\$ 4,5 bi

Foi a receita global em 2010 com celulares e modems, ou 16% do faturamento total.

10 milhões

É o total de celulares que a Huawei vendeu no primeiro trimestre, em todo o mundo.

Brasileira quer vender 1,5 mi de aparelhos

Multilaser ingressou no **mercado** de celulares em 2010 e conta com o novo **mercado** para atingir receita de R\$ 500 mi em 2011

Carolina Pereira

Não são só marcas chinesas que estão atentas ao **mercado** de telefonia móvel no Brasil.

Depois de comprar a marca Mirage, de câmeras digitais, a fabricante nacional de periféricos de informática, Multilaser, resolveu ingressar também no **mercado** de celulares, atraída pelo potencial de crescimento da área no país. Isso foi há um ano e hoje, com quatro modelos disponíveis, a empresa espera vender 1,5 milhões de unidades neste ano.

A linha de celulares é uma das apostas para a empresa alcançar o crescimento de 65% neste ano e atingir receita de R\$ 500 milhões. Em 2010, o número foi de R\$ 304 milhões, aumento de 12,6% em relação a 2009. No ano passado, a empresa investiu R\$ 20 milhões na primeira ampliação de sua fábrica, em Extrema (MG), para abrir uma linha de **produção** de celulares e também promover a expansão de outras linhas, como a de GPS.

Segundo Eliane Silva, gerente de produto da empresa, o foco é atingir a classe C com produtos com dois chips, para que os usuários possam utilizar mais de uma operadora. Em 2012, com o crescimento do uso de internet nos celulares, a fabricante prepara o lançamento do primeiro smartphone, que

utilizará o sistema operacional Android. O objetivo de Eliane é oferecer preços 40% menores do que os praticados pelas maiores fabricantes do **mercado**. Das marcas chinesas como Huawei e ZTE, a executiva prevê valores 15% inferiores. "Queremos atingir o comprador do primeiro smartphone", afirma.

A estratégia continuará a mesma, com foco em grandes redes varejistas como Magazine Luiza, Walmart, Carrefour, Lojas Colombo, Ponto Frio e Lojas Cem.

A empresa ainda utiliza a marca Mirage nos aparelhos, mas vai migrar para Multilaser até o ano que vem.

Fábrica maior

Inaugurada em 2007 para produzir cartuchos de impressão e outros produtos, a fábrica da Multilaser atualmente produz itens como roteadores, câmeras digitais, pendrives, cartuchos jato de tinta, toners, gabinetes de computador, webcams, GPS, além de celulares.

A empresa já vendeu uma remessa do seu tablet e pediu autorização para ter os incentivos fiscais anunciados pelo governo para o produto.

No segundo semestre, segundo Eliane, a empresa vai dobrar o espaço físico da fábrica para ampliar a capacidade de **produção** de todos os itens.